



**UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
FACULDADE DE LETRAS**

**CARACTERIZANDO A LÍNGUA PORTUGUESA EM
ANGOLA:
LÍNGUA SEGUNDA OU LÍNGUA ESTRANGEIRA?
Por Amélia Arlete Mingas**

Luanda, 26/07/11

Excelências,
Senhor Directora do IMEL,
Senhores membros do corpo docente desta Instituição,
Senhores e Senhoras membros do Corpo Diplomático,
Caros estudantes,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É sempre com alguma satisfação que nos encontramos em situações como a presente, para apresentar ideias, trocar opiniões e ter também, a possibilidade de aprofundar, esclarecer as pessoas com quem interagimos, graças às questões que são frequentemente apresentadas.

Gostaríamos assim, agradecer o convite que nos foi feito para participarmos neste Encontro e felicitar a Direcção desta Instituição, assim como a todos os que colaboraram na organização deste evento.

A nossa intervenção tem por título "Língua portuguesa em Angola – Língua segunda ou língua estrangeira?". Para o desenvolvimento desta temática impõe-se-nos termos presente a relação existente entre as línguas em contacto no nosso País, para podermos compreendermos porque razão uma língua neolatina e, por conseguinte, genética e estruturalmente distinta das faladas no espaço geocultural angolano, ganha o direito de ser considerada “língua segunda” e única língua oficial do país.

A justificação do fenómeno prende-se à história deste país, a um processo designado por uns “Descobrimentos” e, por outros tantos, “Chegança”. Descobrimentos porquanto os habitantes africanos do espaço, não eram considerados seres humanos como os que chegavam; Chegança, porque só

se descobre algo inexistente, o que não era o caso. De salientar, contudo que, para a UNESCO, o fenómeno representou “Encontro de Culturas”.

Quanto a nós, no que respeito a Angola, “descobrimientos” ou “Chegança” foi, a um tempo, encontro/desencontro de línguas, culturas, saberes mas também, um longo processo de descobertas conjuntas, na medida em que, como resultado da aventura por “mares nunca dantes navegados”, o grupo de velejadores chegaram a um espaço geopolítico distinto, ocupado por comunidades que desenvolveram formas específicas de organização social e política endógenas a que mais tarde – após uma resistência dos residentes que durou até cerca de meados do século passado – foi dado um nome: Angola.

Concretizado o domínio sobre as gentes habitando o novo espaço, uma das preocupações dos dominadores foi a materialização de uma política linguística e cultural, que teve como ponto de partida a protecção à língua e cultura portuguesas.

Para o efeito, foram criadas leis para proibir a utilização das línguas africanas¹, tornou-se regra inviolável o domínio oral e escrito da língua portuguesa, como condição necessária e imprescindível, para o acesso a postos de trabalho na função pública.

Estas medidas levaram a que nas escolas públicas, o português começasse a ser a única língua utilizada como *veículo e matéria de ensino*. Com o decorrer do tempo, ela começou também a ser a língua maioritariamente usada nas relações familiares dos Angolanos, permitindo a sua expansão em todo o espaço nacional.

¹ Cf. Norton de Matos

Como resultado, ao nível da cidade capital e das capitais provinciais, a LP começou a ser, também, língua primeira de muitos Angolanos, na medida em que o meio e agentes de socialização da criança são pertinentes para a aquisição da competência numa dada língua e dos respectivos mecanismos de selecção.

Para facilitar a nossa interacção vamos, de seguida, definir não só os qualificantes "segunda" e "estrangeira" atribuídos à língua portuguesa mas, de igual modo, um terceiro qualificante, "primeira".

A língua primeira, também chamada "materna", é a que é adquirida nos primeiros anos de vida de toda a criança. Fruto, por um lado da política linguística portuguesa durante o período colonial e, por outro, da deslocação da população rural para a orla litoral do país, durante o período de guerra civil que assolou Angola, uma parte significativa de Angolanos e Angolanos começa a ter, como o afirmámos, a língua portuguesa como língua materna ou primeira.

Sendo adquirida em contextos específicos, a língua primeira é apreendida de modo inconsciente, no seio familiar e utilizada no processo de socialização da criança. Em consequência, ela funciona como um filtro relativamente à aprendizagem de todas as outras que se seguem à materna. Daí, a existência do "sotaque" que é, no fundo, um modo específico que caracteriza a aprendizagem de uma outra língua, a segunda, pela ordem de aquisição. Uma criança exposta a um meio plurilingue, pode aprender simultaneamente, uma ou mais línguas e aí não é tão notório o seu sotaque.

Ao contrário do que acontece com o processo de aprendizagem das línguas primeira ou segunda, a língua "estrangeira" é a que se adquire num

contexto extra familiar, no caso de Angola, ao nível da escola. Por conseguinte, a língua estrangeira opõe-se a "língua nacional", o que equivale a dizer que ela não faz parte do património linguístico do país em que é falada.

Como se pode inferir do que afirmámos, o conceito de “língua segunda” não se opõe ao de “língua estrangeira” na medida em que as duas são aprendidas em contextos diferentes. Podemos, por outro lado, avançar que, tendo em conta o seu sistema de aprendizagem, o português em Angola, é a um tempo língua primeira e segunda. Por tal, o seu ensino deve ser feito de tal modo que as suas realidades intrínsecas, quando LP2, não devam ser influenciadas pelas da primeira. Pois, como sabemos, esta age como um filtro, cuja presença, imperiosa a transforma num substrato da segunda, neste caso o português.

O ensino de português língua segunda, em Angola, cria a todos os que têm a responsabilidade de o ensinar, um outro problema que se consubstancia em sabermos que língua segunda ensinar; se a que se identifica com a língua falada em Portugal, de cuja norma a usada em Angola começou a distanciar-se porque – no período pós-independência, sem o controlo de professores de nacionalidade portuguesa, tendo esta língua como materna – a língua portuguesa iniciou um processo de diferenciação, caracterizado por uma maior agressividade das línguas africanas locais, com as quais entrou em contacto. Este fenómeno permitiu à língua portuguesa uma melhor adaptação à situação sociocultural e linguística da Angola independente.

Conclusão

Decorrente dos pressupostos acima apresentados, é-nos fácil chegar à conclusão que o ensino da língua portuguesa, no nosso país, reveste-se de especificidades próprias, resultantes da situação de contacto de línguas criadas pelo fenómeno colonial. Há a necessidade premente de se considerar uma metodologia de ensino dessa língua, capaz de fazer face a esta situação concreta.

A escola, devendo ser a continuação do ambiente da casa, deverá ser solidária com o mundo extra linguístico da criança, que é, no fundo, a plataforma do seu acesso à escola. Na medida em que, no primeiro nível escolar em Angola, a língua portuguesa é a única utilizada como matéria e veículo de ensino, não existe, obviamente, em muitas das nossas escolas – área rural – uma identidade de código entre o professor e uma parte considerável dos alunos, pois aquela só se verifica quando se refere a dois indivíduos que falam a mesma língua.

A integração do aluno só é possível se o professor tiver tido o mesmo tipo de socialização que o aluno ou se possui conhecimentos sobre o ambiente sociocultural em que o aluno se desenvolveu. Nesta perspectiva, o aluno ou chega à escola com um conhecimento geral sobre a *língua matéria e veículo de ensino* e aí, a escola permitir-lhe-á consolidar, através da escrita e da leitura, o conhecimento adquirido oralmente ou, pelo contrário, a língua da escola é completamente diferente da, da casa, e a escola contribuirá para um retraimento da criança, por uma falta de motivação para expressar-se, por razões diversas, dentre as quais, o medo de errar.

Daí, pensamos nós ser imprescindível ao professor de LP, em Angola, o conhecimento não só do ambiente sociocultural inerente ao processo de socialização dos seus discípulos, como também, o das estruturas das

línguas africanas locais. Na realidade, só assim, ele poderá saber porque razão, muito dos seus alunos embora tendo a LP como língua primeira², nunca dizem:

1- “eu vou *à* escola” mas, “eu vou *na* escola”;

2- “eu vou *ao* hospital” mas, “eu vou *no* hospital ”;

Só assim, poderá, de igual modo, o professor saber porque razão, o seu aluno nunca diz:

3- [kroʃtɔ] mas, [krɔʃta]

E ainda, porque não é capaz de diferenciar a articulação do adjectivo [maʎ] do advérbio [majʎ] e da conjunção [maʒ], articulando as três formas de igual maneira: [maʒe].

² Cf. Amélia A. Mingas, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda, Luanda, 2000*, p. 50